



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

IDERALDO LUIZ CARVALHO

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília
2010

IDERALDO LUIZ CARVALHO

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração e Gestão Pública

Orientador: Prof. Paulo Moreira Goulart

Brasília
2010

IDERALDO LUIZ CARVALHO

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração e Gestão Pública

Orientador: Prof. Msc. Paulo Moreira Goulart

Brasília, 22 de Novembro de 2009.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Msc. Francisco Roberto Santos

AGRADECIMENTO

Agradeço especialmente aos colegas de trabalho da Seção de Aquisição do Superior Tribunal de Justiça, pelo “incentivo” à minha presença nas aulas de sexta-feira à noite e sábados. Ao meu orientador, Profº. Paulo Moreira Goulart pela paciência e essencial orientação. À minha ex-Cooordenadora de Compras e Contratos, Adriana Novais Teixeira, pela compreensão e apoio.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo, levantar e analisar o Sistema de Registro de Preços como uma forma mais dinâmica, econômica e eficiente nas contratações de serviços e aquisições de bens, efetuadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Foram enfocadas a rapidez da contratação, a utilização do “carona” como meio eficiente para contratar empresas para prestar serviços, os órgãos que podem utilizar o Registro de Preços, os agentes competentes e a fiscalização das Atas geradas através do Sistema de Registro de Preços. Ficou claramente demonstrado que a utilização desta modalidade de compras, por órgãos do Setor Público, é fator de economicidade, eficiência e transparência. No Superior Tribunal de Justiça, como não poderia ser diferente, o avanço no utilização das licitações para registrar preços, vem sendo incrementado ano a ano, com um planejamento que envolve não somente a área de suprimentos, mas também outras unidades, que fazem uso de materiais ou serviços específicos.

Palavras-chave: Registro de Preços. Licitação. Carona.

ABSTRACT

The purpose of this study was to survey and analyze the Price's Registration System as a more efficient, dynamic and economical way of purchase and acquisition of goods and services performed by the Superior Court of Justice. It focuses on the greater agility of hiring, the use of the "free rider" as an efficient mean of hire companies to provide services, the agencies that can use the registry Price, competent agents and surveillance of minutes generated through the price's registration system. It has been clearly demonstrated that the use of this modality of purchase by public sector entities, is a factor of economy, efficiency and transparency. In the Superior Court of Justice, as it should be, the advance in the use of the public auctions as a way of registration of the price has been increased year by year, as a planing strategy that involves not only the supplies's area, but also other units which make use of specific materials or services.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
O PROBLEMA	10
OBJETIVOS	10
Objetivo Geral	10
Objetivos Específicos	10
DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	10
JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	10
TIPO DE PESQUISA	11
ESTRUTURA DO TRABALHO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Fundamentação Jurídica	12
1.2 Princípios da Administração Pública	12
1.3 Princípios Legais	13
1.4 Modalidades de Licitação	15
1.5 Tipos de Licitação	16
1.6 Regimes de Execução	16
1.7 Habilitação	16
1.8 Garantias	17
1.9 O Procedimento Licitatório	18
2 O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP	19
2.1 Abrangência do SRP na Legislação	21
2.2 Características do SRP	22
2.3 Análise das Vantagens do SRP	22
2.4 Análise das Desvantagens do SRP	28
2.5 Implantação de um SRP	29
2.6 Preferencialidade do SRP	30
2.7 Elaboração do Edital de SRP	31
2.8 ATA de um SRP	32
2.9 Conteúdo de um Edital de um SRP	33

2.10 Possibilidade de Registro de mais de um Fornecedor de Mesmo Item e Preços Diferentes	34
2.11 Divulgação dos Preços Registrados	35
3 A ORGANIZAÇÃO	36
3.1 O Superior Tribunal de Justiça	36
3.2 Áreas Envolvidas no Processo	37
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO A - Modelo de ATA de Registro de Preços	46
ANEXO B – Organograma do Superior Tribunal de Justiça	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou levantar o uso do Sistema de Registro de Preços no Superior Tribunal de Justiça, realizado na modalidade de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nºs. 8.666/1993 e 10.520/2002, fazendo uma comparação quanto à celeridade, bem como sobre a possibilidade de participação de outros Órgãos – os chamados “caronas”.

Busca-se enfatizar, ainda, algumas características marcantes desse instituto. Dentre elas, destaca-se sua inovação no campo das licitações públicas, ensejando inúmeros benefícios à Administração, quer seja na redução de custos, quer seja na obtenção de propostas verdadeiramente vantajosas. Nesse contexto, sua inserção no ordenamento jurídico nacional representa uma evolução para a atividade administrativa.

A ideia simples e inovadora de contratar uma empresa através do Registro de Preços favorece a Administração Pública, possibilitando maior controle sobre as contratações realizadas. No entanto, sua aplicação tem sido objeto de muitos questionamentos, gerando dúvidas e insegurança.

Não deve antecipar conclusões e recomendações por parte do administrador quanto à sua escolha, especialmente quando se trata de proceder na forma de “carona” conforme art. 8º do Decreto nº. 3.931, de 19 de setembro de 2001.

Cabe salientar que o Registro de Preços, foi previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e regulamentado na esfera federal pelo Decreto nº. 3.931/2001, ficando os Estados e Municípios a edição de Decretos para se adequar à Lei.

Tendo em vista contribuir para as discussões que subsidiem propostas para aperfeiçoar o funcionamento do Registro de Preços, formulou-se o presente estudo com o objetivo de entender melhor o instituto e passar conhecimentos aos profissionais e acadêmicos de direito essa nova forma de contratação.

Busca-se saber o seguinte: o Sistema de Registro de Preços, do tipo

menor preço é o ideal para a aquisição de produtos e serviços para a Administração Pública?

O Sistema de Registro de Preços vem se mostrando como uma ferramenta muito importante para a Administração Pública, principalmente pela facilidade nas suas aquisições de bens ou serviços, visto que é um procedimento mais transparente, em que os órgãos publicam as suas atas de registro de preços, via internet, o que facilita a sua adesão por outros órgãos da Administração, tornando mais rápido e menos oneroso aos cofres públicos as suas licitações, desde que sejam com as mesmas características.

Sistema de Registro de Preços também se mostra vantajoso, pois não precisa de uma dotação orçamentária na data das suas compras, uma vez que os seus preços serão apenas registrados para futuras aquisições, evitando assim desperdício nas compras ou serviços, menor custo com estocagem de produtos e rapidez na entrega dos bens ou serviços, ficando as empresas vencedoras que assinarem as atas de adesão de preços, incumbidas das entregas somente se a Administração achar necessária, ou seja, não precisa ser adquirida caso não seja necessário, durante o período em que os preços estão registrados.

Também pode ser interessante aos órgãos da Administração, pois mesmo com os preços registrados nas atas, os seus gestores têm como procedimento as suas pesquisas no mercado para certificação dos preços vigentes coibindo assim a formação de cartéis, caso ocorra entre as empresas.

Com todas essas vantagens para a Administração Pública, cresceu o interesse pelos órgãos na utilização, consequentemente, o interesse pelo assunto também se mostrou bastante visado para vários palestrantes, autores e editoras, destacando uma vasta bibliografia e cursos com esse teor, o que me interessou a busca pelo assunto.

O PROBLEMA

Como ocorreu a evolução da utilização do Sistema de Registro de preços no Superior Tribunal de Justiça ?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Levantar fatos e dados relacionados com a implantação do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Objetivos Específicos

- levantar a documentação existente no Superior Tribunal de Justiça acerca da utilização do Registro de Preços;
- analisar cronológica dos principais eventos relacionados a utilização do Sistema de Registro de Preços e suas implicações;
- explicitar as vantagens da utilização do Sistema de Registro de Preços no Superior Tribunal de Justiça desde 2006 e comparação com outras modalidades.

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Os dados levantados no presente trabalho são referentes aos anos de 2006, ano de início da utilização da modalidade, a 2010. A análise foi feita em cima dos valores executados nesses cinco exercícios e comparação com a utilização das modalidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Documentar o histórico da utilização do Sistema de Registro de Preços no Superior Tribunal de Justiça e suas principais variáveis e possibilita um legado aos futuros gestores da área de compras do Tribunal para a tomada de decisão.

TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada foi do tipo Documental e Bibliográfica.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho, no seu primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, com a fundamentação jurídica e doutrinária que deram origem ao Sistema de Registro de Preços. Para isso também aborda as aquisições, como um todo no Setor Público. O capítulo 2 descreve, sucintamente, o sistema, destacando, principalmente suas vantagens. Para a perfeita compreensão, no capítulo 3 é apresentada a organização, o Superior Tribunal de Justiça, suas características, estrutura. Finalmente o capítulo 4 é dedicado à análise dos resultados obtidos na pesquisa efetuada.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Fundamentação Jurídica

O conceito de sistema registro de preços encontra-se no Decreto nº 3.931/01, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso I.

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto. Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:
“I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

1.2 Princípios da Administração Pública

De acordo com o Decreto nº. 3.931/01, o Sistema de Registro de Preços condicionado aos princípios básicos da Administração Pública, elencados no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, assim como dos princípios correlatos da celeridade, da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, do justo preço, da seletividade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da comparação objetiva das propostas (BARROSO, 1.996, p. 27).

Legalidade

Somente poderá ser feito o que a Lei autoriza. Não há liberdade de ação para o Administrador, a não ser dentro dos limites estabelecidos na Lei, esta estabelecendo os parâmetros que devem ser seguidos pelos agentes públicos na condução dos procedimentos licitatórios.

Impessoalidade

Tem como objetivo a não vinculação da vontade pessoal do Agente Público ao procedimento Licitatório. É a necessidade de inexistência de qualquer distinção de caráter pessoal em relação aos licitantes, a não ser as características expressas em lei ou no instrumento convocatório.

Moralidade

Não é suficiente que o agente público se atenha ao irrestrito cumprimento da Lei, torna-se imperioso que seus atos sejam plenos de conteúdo moral e ético. O procedimento licitatório deve ser desenvolvido dentro da observância da honestidade, da lisura, dos bons costumes, bem como da transparência de todos os atos praticados.

Isonomia ou Igualdade

Significa o tratamento igualitário a todos quantos desejarem contratar com o Poder Público, ensejando oportunidades iguais e promovendo a mais ampla participação possível na disputa do certame licitatório. O princípio da isonomia implica no fato de que são estabelecidas condições idênticas de participação aos interessados em participar da licitação.

Publicidade

Este princípio implica em que todos os termos, características, condições e atos Administrativos relativos à Licitação sejam levados a conhecimento de todos os interessados, participantes diretos ou não do processo Licitatório.

Sua aplicação tem por finalidade permitir a todos e qualquer interessado a participação e fiscalização de uma forma mais transparente. A obediência a este princípio nos garante que não haverá Licitação sigilosa, complementado, assim, o princípio da isonomia.

Eficiência

Nada mais é do que a busca do melhor resultado possível, no caso da Licitação, significa que o procedimento licitatório de ser desenvolvido de forma que se chegue à proposta mais vantajosa, satisfazendo às melhores condições de qualidade e de utilização dos recursos públicos.

1.3 Princípios Legais

Além dos princípios constitucionais, já citados, outros são declinados em Lei, que devem obrigatoriamente ser seguido, sob pena de nulidade do Procedimento Licitatório, entre os quais citamos:

Probidade Administrativa

O princípio da Probidade Administrativa conduz a uma vinculação de padrões de moralidade na condução do procedimento licitatório, que se não observados desqualificam o Administrador para o cargo que exerce, ensejando até a nulidade dos seus atos.

Vinculação ao Instrumento Convocatório

Este é o princípio que obriga a Administração Pública a observar e respeitar todas as regras já estipuladas para o certame. A Licitação deve seguir rigorosamente as regras previamente definidas no instrumento, seja na forma de Carta Convite ou de Edital. Uma vez estabelecidas às regras da Licitação não há como deixar de segui-las tanto a Administração Pública como os participantes do certame.

Julgamento Objetivo

Estabelece o art. 45 da Lei de Licitações que “o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou responsável pelo Convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos Órgãos de Controle”.

O julgamento deverá basear-se em critérios claros, perfeitamente justificáveis, não permitindo interpretações sem sustentação lógica.

O presente estudo não se resumiu apenas na explanação das definições dos princípios acima elencados. No entanto, um deles merece especial destaque, em razão de sua vinculação direta aos assuntos aqui tratados, é o princípio da eficiência. Importa detalhar esse princípio, pois, a principal finalidade para instituição do Sistema de Registro de Preços, mesmo que num primeiro momento aplicado apenas no âmbito da União Federal, advém essencialmente da necessidade do serviço público operar com eficiência.

O princípio da eficiência resume-se no dever da Administração em realizar suas atribuições com presteza e rendimento funcional. Sendo assim, o registro de preços estabelece um procedimento licitatório específico que objetiva dentre outros: a redução de tempo e custos, a simplificação das rotinas na licitação.

Dessa forma, o registro de preços justifica-se pelas características da simplicidade e modicidade de custos, podendo contribuir positivamente para a aplicação do princípio da eficiência. Essa modalidade alcança influência também na gestão fiscal, conforme o estabelecido na Lei Complementar nº 101/00 (BRASIL, 2.000b), que fortalece o modelo de planejamento orçamentário, ao instituir novos controles fiscais implicando em um acirrado sistema de custos.

O sistema de registro de preços ainda pode contribuir, devido a sua sistemática simplificada e eficiente, com a redução dos pregões, das dispensas e inexigibilidades de licitação, que correspondem hoje a quase metade das despesas empenhada (MARINHO JR., 2.006).

1.4 Modalidades de Licitação

Modalidade

A Lei 8.666/93, no art. 22, estabelece as seguintes modalidades de licitações: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, e nenhum outro tipo, ou combinações destes.

Convite

É a modalidade, dentre as previstas na Lei, que se apresenta a mais simples. É a Licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos ou convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local certo, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais interessados que manifestarem interesse com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Tomada de Preço

É a modalidade de Licitação entre interessado devidamente cadastrados ou que atenderem a todos as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta, observada a necessária qualificação.

Concorrência

É a modalidade de Licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos para a execução de seu objeto. Sendo a modalidade de maior abrangência. Deve sempre ser adotada nos casos de maiores valores e complexidade. É, sem dúvida, a modalidade de maior amplitude em todos os sentidos, pois admite a participação de qualquer interessado, permitido, assim maior competitividade possível.

Pregão

É a modalidade de Licitação que pode ser adotada, para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecedor é feita por meio de propostas ou lances, em sessão pública. Conforme consta da Lei 10.520/02, que instituiu a modalidade de Licitação Pregão, a sessão pública deste poderá ser na forma Presencial, ou na forma Eletrônica.

1.5 Tipos de Licitação

A Lei determina que no edital de convocação, a Administração faça constar os critérios, objetivos, pelos quais julgará as propostas dos licitantes, devendo estes ser coerente com os tipos de licitação que a Lei prevê, a saber: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, e maior lance ou oferta.

1.6 Regimes de Execução

Quando a execução do objeto a ser licitado se é de forma indireta, isto é, quando a Administração a contrata com terceiros, está previsto no Estatuto das Licitações os seguintes regimes:

- Empreitada por Preço Global;
- Empreitada por Preço Unitário;
- Tarefa;
- Empreitada por Preço Integral.

1.7 Habilitação

É o procedimento que determina, entre os interessados, quem pode ou não ter sua proposta analisada pela Comissão. É imperioso que sejam estabelecidas

condições consentâneas com o vulto e complexidade do objeto da Licitação, sob pena de ferir o princípio da isonomia, e também afastar interessados que são detectores de condições para o cumprimento do contrato.

Estabelece a Carta Magna:

Art. 37 – inc. XXI.

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme disposto no art. 27 da Lei 8.666/93, exigir-se a dos interessados, exclusivamente, os documentos abaixo:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal.
- V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

1.8 Garantias

Com o advento da Lei 8.666/93, inovou-se no sentido de permitir a exigência de garantia de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, como condição para participação na Licitação. Com certeza, objetivando evitar a participação de licitantes descompromissados com o respectivo procedimento.

As garantias, à escolha do licitante, podem ser:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

Observe-se que, no caso do Pregão, é vedada a exigência de garantia de participação em Licitações. A documentação para habilitação poderá ser

dispensada, no todo ou em partes, nos casos de Convite, Concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e Leilão.

1.9. O Procedimento Licitatório

O Procedimento Licitatório propriamente dito divide-se em duas fases: interna e externa.

Na fase interna se procede à identificação do interesse público a ser atendido, a estruturação Administrativa, a estimativa de valor, a aprovação da despesa, a elaboração do edital, o parecer jurídico.

A fase externa inicia com a publicação do edital ou expedição do Convite e culmina com a adjudicação ao licitante vencedor e a homologação do procedimento.

2 O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

Caracteriza-se por sistema porque o registro de preços se processa através de um conjunto de princípios e regras que, tendo relações entre si, se ordenam para estabelecer o regime a que sua realização deverá subordinar-se. (Escobar, 1996, p. 22)

Nas Unidades Administrativas, onde existe o Sistema de Registro de Preços, a contratação fica bastante simplificada. Neste caso, apresenta-se a vantagem da rapidez e a eliminação de gasto com a estocagem, uma vez que a compra será feita somente quanto necessário.

A implantação dos SRP em uma unidade administrativa não implica na obrigatoriedade da contratação, nem impede a realização de outra licitação para compras para as quais já exista o Registro de Preços. Quando outra Licitação é levada a efeito, e o resultado desta apresentar igualdades de condições com os preços registrados, é garantido à preferência ao fornecedor detentor do Registro.

O SRP está previsto no art. 15 da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Governo Federal através do Decreto 3.931/2001, e com alterações pelo Decreto 4.342/2002.

A lei n. 8.666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF de 1988, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

DAS COMPRAS

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

- I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecida;
- II - ser processadas através de sistema de registro de preços;
- III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
- IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;
- V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:
I - seleção feita mediante concorrência;
II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;
III - validade do registro não superior a um ano.

A Lei não definiu o que é Sistema de Registro de Preços, conforme citado acima, mas o Decreto 3.931/01, de acordo com o art. 15, parágrafo terceiro, da Lei n. 8.666/93, trás na sua regulamentação e definição na esfera federal, conforme se lê:

Art. 1º.....

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

"I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras."

O SRP é um sistema em que se inclui uma Licitação, na modalidade Concorrência ou Pregão, e tipo menor preço, com a finalidade de registrar preços unitários para futuras contratações. A Lei 8.666/93 determina a seleção através da modalidade concorrência, mas pode ser utilizado o Pregão, conforme prevê a Lei 10.520/02, art. 11, quando as compras e contratações forem efetuadas pelo SRP.

Lei n. 10.520/2002:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Na esfera federal, o SRP, serve como mecanismo de informação no caso de levantamento de preços de mercado para um bem ou serviço.

Para Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 2001, p. 151: “no registro de preços a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando deseja adquirir, valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto o deseja (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)”.

O Registro de Preços está incluído no SRP, que representa conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos a prestações de serviços e aquisições de bens para contratações futuras.

2.1 Abrangência do SRP na Legislação

A Constituição Federal estabelece:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas do governo, e empresas sob seu controle;

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 8.666/93, conforme consta de sua ementa regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelecendo as normas gerais de Licitação e contratação para quaisquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em obediência ao estatuído no art. 22, inciso XXVII daquela Carta. Entre as normas ditas gerais, encontramos a determinação de processar as compras, sempre que possível, através do Sistema de Registro de Preços. Portanto,

o Sistema de Registro de Preços está estabelecido para todas as esferas da Administração Pública, direta e indireta.

O Sistema de Registro de Preços, como se vê, é a regra e não utilização deste requer justificativa, que deve constar do processo correspondente, demonstrando a impossibilidade técnica de sua adoção.

O Decreto 5.504/2005 determina que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizados por entes públicos ou privados, com recursos ou bens repassados voluntariamente pela União, sejam contratados mediante processo de Licitação Pública.

2.2 Características do SRP

A Administração não está obrigada a contratar;

O licitante tem o dever de manter o preço;

A Administração, em igualdade de condições, não pode comprar, por fato superveniente.

Importante se levar em conta que essas características fazem do Sistema de Registro de Preços um recurso que vem dar maior grau de eficiência a determinadas contratações, facilitando em muito as atividades dos administradores públicos. Contudo, devem ser exploradas em total observância dos princípios basilares da Administração Pública, no que se refere à legalidade e à eficiência.

2.3 Análise das Vantagens do SRP

O Sistema de Registro de Preços apresenta uma séria de vantagens em relação às compras e contratações efetivadas através de outras formas de procedimento, dentre estas destacamos:

- **Desnecessidade de Dotação Orçamentária**

A necessidade de previsão orçamentária para a realização de certame licitatório é uma exigência da Lei de Licitações, de índole constitucional e tecnicamente correta.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, na Administração, deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando assim no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros. Não há necessidade que o

órgão tenha prévia dotação orçamentária, porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública, a sua contratação. Já no sistema convencional de licitação, a Administração tem que ter prévia dotação orçamentária, porque há um compromisso que só em caráter excepcional pode ser revogado e anulado.

Lamentavelmente, porém, o Governo vem provocando verdadeiro contingenciamento do orçamento, liberando cotas trimestrais, e sempre no final do exercício as maiores cifras, de modo que o gestor acaba devolvendo ao erário cifras que eram efetivamente necessárias ao bom andamento do serviço, apenas por impossibilidade de concretizar, em curto espaço de tempo, o longo percurso burocrático da licitação.

A Lei de responsabilidade Fiscal procurou estancar esse procedimento. “Dispondo que, até 30 dias após a aprovação do orçamento, deve o Poder Executivo publicar o cronograma mensal de liberação dos recursos e só em restritas hipóteses fica autorizado a alterá-lo limitando o empenho”. (Fernandes, 2005, p. 97- 98).

- **Atendimento de demandas imprevisíveis**

O rigor científico do controle e a estatística podem reduzir a aleatoriedade do consumo dos bens e mercadorias a um padrão mínimo.

Algumas instituições, mediante estudos altamente especializados, conseguem estabelecer padrões inacreditáveis de eficiência. Por esse motivo, também o Sistema de Registro de Preços é vantajoso. As margens de fatores imprevisíveis no consumo são amplamente toleráveis, o que incorre com a licitação convencional, podendo ficar muito aquém do limite mínimo permitido ou ir até aos 25% (vinte e cinco por cento) previstos na lei.

- **Redução de Volume de Estoques**

Uma das tendências da atual Administração é reduzir o capital imobilizado. Nesse panorama, a administração de material e bens de consumo desponta com significativa contribuição, podendo reduzir o volume de estoques com economia de espaço, pessoal e recursos financeiros. O Sistema de Registro de Preços permite a redução do volume de estoques para atender a todas essas condições com nítidas vantagens.

Excetuando-se os produtos perecíveis, que podem ser fornecidos até no mesmo dia, a regra nos sistemas já implantados, conforme estudo realizado reduziu, em média, numa só instituição, 70% dos estoques, com nível de satisfação entre bom e ótimo das unidades requerentes desse órgão.

A moderna Contabilidade prevê níveis ótimos de estoque, nos quais o ganho de economia de escala não é desperdiçado, quando contraposto ao preço de armazenagem, perda e vigilância de grande estoque de produtos. Busca-se, assim, o objetivo do *Just in time*: modernizar os estoques, de forma a atender prontamente ou em curto lapso temporal as demandas apresentadas.

Além disso, produtos perecíveis enfrentam a necessidade de redução de estoque compatível com a perecibilidade e prazo de consumo. (Fernandes, 2005, p. 100).

- **Eliminação dos Fracionamentos de despesa**

As modalidades de licitação foram estabelecidas segundo o grau crescente de regulamentação, publicidade e valor. Assim é que, dependendo da modalidade adotada, pode haver ou não redução da competitividade e até dirigismo. Isso ocorre, por exemplo, no convite, em que o administrador tem autorização legal para escolher quem quer convidar, observadas as normas pertinentes. Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, o problema do fracionamento da despesa deixa de existir, porque se faz uma ampla concorrência ou *pregão* de tudo que se quer comprar no exercício e o que faltar poderá ser então enquadrado na modalidade pertinente de licitação ou de dispensa de licitação.

É comum que as autoridades sejam surpreendidas pelos órgãos de controle interno e/ou externo, apontando a irregularidade do fracionamento da despesa. São vários os julgados condenatórios nesse sentido, sobretudo quando decorre da falta de planejamento, ensejando três ou quatro licitações em modalidade inferior quando o correto, à vista da provável demanda no exercício, seria uma licitação na modalidade de concorrência. Em outros casos mais graves, a instituição procede a várias dispensas de licitação que, somadas no exercício, implicariam o dever de licitar". (Fernandes, 2005, p. 101-102).

- **Redução do Número de Licitações**

O Decreto 3.931/01 prevê a validade do Registro de Preços de até um ano. Portanto por meio de uma única Licitação poderemos ter assegurado o fornecimento ou a contratação para um período de doze meses.

Entre as vantagens que a implantação do Sistema de Registro de Preços proporciona está, a redução, em termos estimados, de noventa por cento do número de licitações. Ao reduzir o número de licitações, reduz-se o número de recursos administrativos - materiais e humanos – barateando o custo da licitação.

Se é verdade que a implantação do SRP consome, no início, tempo, também é verdade que contribui significativamente para o desenvolvimento

da profissionalização e difusão da cultura do planejamento. Os servidores passam a perceber que farão menos licitações, quanto maior for o esforço despendido na previsão e no planejamento.

Nesse último aspecto, está uma grande vantagem do SRP, pois, na licitação convencional, buscam-se profissionais que tenham algum domínio do assunto, enquanto que, por esse sistema, selecionam-se perfis de profissionais que vão aprendendo e reciclando o conhecimento com o desenvolvimento do sistema. (Fernandes, 2005, p. 102).

- **Tempos Recordes de Aquisição**

O conceito do Sistema de Registro de Preços nos leva, à conclusão de que sua utilização acelera em muito o processo de aquisição de bens e contratação de serviços. Se Ganha todo o tempo que seria despendido na Licitação. Esta somente é realizada para a efetivação do registro.

José Caetano, Licitação Passo a Passo – Rígel, 2002, p. 39 a 47, apresenta um minucioso estudo referente aos prazos requerido em uma Licitação convencional, do tipo menor preço, a partir da publicação do correspondente aviso até a sua homologação, sem levar em conta os tramites internos desde a identificação da necessidade até a publicação. E temos o seguinte:

Convite – 32 dias;

Tomada de Preços – 79 dias;

Concorrência 94 dias.

As comissões de licitação, na busca da eficiência, acabam obrigando-se à realização de um planejamento mínimo e, acabam se envolvendo nessa atividade como forma de preservar a regularidade do seu trabalho.

Com o Sistema de Registro de Preços é possível que uma autoridade requisite a compra de qualquer bem ou serviço e ser atendida com um prazo de até uma semana. Exemplos:

a) compras

Os fornecedores com preços registrados podem ser informados imediatamente ao pedido e, enquanto a Administração providencia o empenho da despesa, a mercadoria é preparada para ser entregue.

b) serviços

Os serviços podem ser licitados em dois diferentes grupos: execução e manutenção.

O primeiro dependerá de prazo para a mobilização da equipe, material, equipamento, etc.

O segundo pode ser contratado para a manutenção preventiva, como qualquer serviço, ou corretiva. Nesse último caso, poderá ser remunerado por hora de prontidão, acrescida de horas de intervenção efetiva ou um ou outro, separadamente.

São amplas as possibilidades.

- **Atualidades dos Preços da Aquisição**

Nas licitações para fornecimento contínuo, a Administração e o licitante ficam obrigados à manutenção do preço. Perde a Administração Pública e pode perder o contratado pela inflexibilidade do sistema convencional.

No SRP pode ser previsto o modelo de atualização dos preços de forma periódica, garantindo com isso o aproveitamento da sazonalidade dos preços, as ofertas e as promoções, restando atendido o inciso II do art. 15, Lei nº 8.666/93.

- **Participação de Pequenas e Médias Empresas**

Desde o advento da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passou a ser regra obrigatória o parcelamento nas compras, obras e serviços.

Na jurisprudência assentada pelo Tribunal de Contas da União:

É obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possa, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-007.759/94-0. Decisão nº 393/1994-Plenário. Relator: Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira. Brasília, 15 de junho de 1994. Diário Oficial [da] União, Brasília, 29 jun. 1994. Seção 1, p. 9622.)

A participação das pequenas e médias empresas é significativamente prestigiada com o Sistema de Registro de Preços, porque os itens passam a ser autônomos e com lotes de aquisições de dimensões diferentes. Com isso ganha a Administração, com a ampliação da competitividade.

- **Vantagens para os licitantes**

Além das possibilidades de participação de pequenas e médias empresas e atualidade dos preços, o Decreto nº 3.931/01 trouxe outra extraordinária vantagem para os fornecedores e prestadores de serviços que conseguirem ter seus preços registrados.

O art. 8º desse Decreto permite que órgãos não participantes (caronas) do SRP, atendidos os requisitos dessa norma, comprem sem licitação convencional dos fornecedores e prestadores de serviços com preços registrados.

Ao conseguir registrar seu preço, os fornecedores abrem, assim, uma extraordinária porta de acesso às contratações com o serviço público.

- **Transparência das Aquisições**

O Sistema de Registro de Preços permite maior transparência nas aquisições, porque os preços cotados são acessíveis a todos e periodicamente atualizados, ao contrário do que ocorre na licitação convencional, a cotação de preços não é uma simples etapa do processo, mas a principal. Além disso, é precedida de ampla pesquisa de mercado, incluindo a publicação dos preços praticados na internet, tornando ainda mais público o interesse de licitar, conforme parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 2.743/98, que regulamentou o SRP.

Embora o Decreto nº 3.931/01 não trata expressamente desta disponibilização dos preços na Internet, contudo, ampliou a utilização dos recursos de tecnologia da informação nos procedimentos e atribuições do SRP, condicionando, todavia, o uso à regulamentação específica.

- **Redução dos Custos da Licitação**

Reduz o número de licitações e, conseqüentemente, barateia o custo.

- **Maior Aproveitamento de Bens**

Evita a perda de bens deterioráveis. Com a diminuição dos estoques, a verificação da validade e qualidade do produto torna-se muito mais simples e eficaz.

- **Aquisições Uniformes**

Em princípio, durante a vigência do Registro de Preços, as aquisições e contratações acontecem com o mesmo fornecedor, e por isso, grande é a possibilidade de que estas aconteçam dentro de um mesmo padrão de fornecimento. Esta uniformidade vem ao encontro do preconizado no art. 15, inciso I, da Lei de Licitações, que estabelece atendimento ao princípio da padronização.

Economia de Recursos - Sistema de Registro de Preços permite a melhor administração de recursos, incluindo a economia de recursos, entendemos que esta acontece inclusive pelo ganho de tempo no atendimento do interesse público, que é o objetivo maior da Administração Pública. Portanto, temos ganhado de tempo, de recursos humanos, e recursos financeiros.

- **Validade dos Preços Igual à do Registro**

A validade de uma proposta, em um procedimento licitatório convencional, somente ultrapassará 60 dias com a anuência do licitante, e se tratando de pregão pelo prazo estipulado no edital. Já no Sistema de Registro de Preços a validade dos preços se projeta no tempo juntamente com a vigência da ata correspondente que, conforme prescrito no Art. 15 da Lei 8.666/93 poderá ser de até um ano.

2.4 Análise das Desvantagens do SRP

O Sistema de Registro de Preços implica na mudança de uma cultura organizacional, que é o passo mais difícil em qualquer instituição e também mais proveitoso.

As resistências à implantação do Sistema de Registro de Preços têm oferecido os seguintes argumentos:

- complexidade da concorrência;
- necessidade de alocação de recursos humanos para realizar tabelas;
- impossibilidade de prever todos os itens a serem adquiridos;
- facilidade na formação de cartéis.
- Sua implantação requer esmero, cuidado especial;
- Planejamento correto no que diz respeito às aquisições e contratações;

O artigo 11 da Lei nº 10.520, de 27 de julho de 2002, passou a admitir o uso do pregão para licitações do SRP.

A formação de cartel tem se mostrado um argumento fantasioso, porque mesmo que caso haja algum tipo de formação o Sistema de Registro de Preços mostrou-se muito mais dinâmico do que uma licitação convencional. A Administração Pública tem na sua pesquisa de preços promovida previamente os preços razoáveis, o que faz dos licitantes cartelizados ou não se manterem no limite desse preço. Assim a autoridade pública estará bem mais protegida com a prévia pesquisa de preços realizada.

2.5 Implantação de um SRP

Qualquer licitação bem sucedida reside na definição precisa e correta dos itens que devem ser contratados, devendo definir, dividir ou não por itens, aceitar ou não indicação de marcas ou características exclusivas, avaliando a questão do prazo de validade dos produtos e a capacidade de estoques, como uma tarefa de planejamento.

O procedimento do registro de preços começa necessariamente com a realização de uma concorrência ou pregão, não importando o valor do objeto licitado, já que esta modalidade licitatória deve ser adotada em virtude de imposição legal (Lei nº 8.666/93, art. 15, § 3º, I). O objeto da concorrência é o próprio registro dos preços, dela não resultando nenhuma aquisição ou contrato imediato.

Uma concorrência ou pregão realizado tem a finalidade de registrar os preços de uma ata e não gerar imediatamente um contrato de compra. Durante o prazo de validade do registro (geralmente um ano), a administração irá adquirir o objeto em todas as ocasiões em que for necessário sempre na quantidade pretendida em cada uma delas.

Uma entidade pública que promover a licitação e posteriormente gerenciar a ata de registro de preços não se obrigará, de forma alguma, a adquirir a quantidade do objeto fixada em termos seja em parte, seja em sua totalidade. A ela será permitido, por lei, até mesmo não comprar nada durante o período de validade do registro. Esta última hipótese, porém, é de difícil ocorrência, porque sendo o sistema de registro de preços de utilização adequada às compras de produtos de consumo em grandes quantidades, quando uma entidade licitadora decide pela adoção do seu procedimento, isto significa, geralmente, uma real intenção de adquirir o objeto em números significativos e por reiteradas vezes.

A quantidade do objeto para fornecimento periódico, colocada na ata em termos aproximados, será obrigatória para a empresa detentora também em termos aproximados, se solicitada pela Administração durante o prazo de vigência registro. O não cumprimento desta imposição poderá acarretar as sanções legais cabíveis, porque a ata de registro de preços, de assinatura obrigatória pelo fornecedor, tem a função de instrumento obrigacional unilateral a cujas imposições se submetem aqueles que nele têm o seu preço anotado.

De vital importância para o perfeito funcionamento do sistema é o cálculo estimativo do consumo periódico, que deve ser feito adequadamente antes de qualquer providência tendente à abertura da concorrência para o registro dos preços.

2.6 Preferencialidade do Sistema de Registro de Preços

O decreto regulamentador do Sistema de Registro de Preços, determina que este será adotado, preferencialmente, nos seguintes casos:

- ✓ quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- ✓ quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;
- ✓ quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
- ✓ quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.7 Elaboração do Edital de SRP

Deve-se tomar muito cuidado na Elaboração do Edital, pois é o instrumento através do qual a Administração traz a público o objeto e as condições de participação de uma Licitação. Constitui peça básica para a formalização do contrato a ser celebrado com o adjudicatário.

O art. 40 da Lei 8.666/93 estabelece os requisitos obrigatórios no edital, assim dispondo:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII - (VETADO)

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;
- XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

2.8 Ata de um SRP

A Ata de Registro de Preço é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Antes do Decreto 3.931/01, muitas divergências existiam na forma de efetivar o registro dos preços, bem como o vínculo obrigacional. Porém com o advento deste, ficou claro que o documento é a Ata de Registro de Preços. Portanto, não basta a existência dos registros das sessões da Licitação, há que se ter uma ata específica para o registro.

Conforme estabelece o art. 10, do Decreto 3.931/01: “Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas”.

Na Ata de Registro de Preços, deverão constar todas as normas e condições relativas ao registro e às contratações.

A prorrogação da vigência da Ata se dá quando a proposta que tem seu preço constante do registro continuar mais vantajosa para a Administração. Cabe ao Administrador demonstrar no processo a condição de “mais vantajosa”.

As contratações decorrentes de uma Ata de Registro de Preços somente serão válidas se realizadas dentro do prazo de vigência.

2.9 Conteúdo do Edital para Registro de Preços

O art. 9º do edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo as seguintes exigências:

- I. A especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- II. A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;
- III. O preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas;
- IV. A quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
- V. as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- VI. O prazo de validade do registro de preço;
- VII. Os órgãos e entidades participantes dos respectivos registro de preço;
- VIII. Os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e
- IX. As penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

2.10 Possibilidade de Registro de mais de um Fornecedor de um Mesmo Item e Preços diferentes

Quando a oferta mais vantajosa não atender a todo quantitativo previsto para o registro, ao preço desta poderão ser registradas tantas propostas, para o atendimento quantidade planejada. Se o preço da proposta classificada em primeiro lugar ficar demonstrada a impossibilidade de se alcançar à quantidade que atenda à demanda, poderão ser registrados outros preços, mediante comprovação de vantagem apresentada pelo objeto. Ressalte-se que estes preços diferenciados, quando houver um preço máximo estabelecido, não podem ser superiores a este, que será determinado como fruto de uma ampla pesquisa de mercado e da interpretação de seus resultados.

Exemplo: a Administração necessita comprar 10.000 unidades de um produto; e na tabela abaixo foram registrados os seguintes preços:

Fornecedores	Quant. Proposta	VL unitário proposto
A	2.000	38,00
B	3.000	39,00
C	3.000	39,00
D	10.000	41,00
E	2.000	42,00
F	10.000	43,00

Neste caso, se confirmada à expectativa de consumo, as contratações se dariam pelo valor unitário de R\$ 41,00, somando o total de R\$ 410.000,00, com o fornecedor D.

Porém, com a quantidade mínima ofertada em 2.000 unidades, mesmo que os fornecedores mantenham seus preços para efeito de registro, teremos:

Fornecedores	Quant.Proposta	VL un. proposto	Valores
A	2.000	38,00	76.000,00
B	3.000	39,00	117.000,00
C	3.000	39,00	117.000,00
D	2.000	41,00	82.000,00
Total			392.000,00

Portanto, no valor final das aquisições teríamos um ganho de R\$ 18.000,00 para a Administração Pública.

2.11 Divulgação dos Preços Registrados

A Lei determina a publicação do preço e dos respectivos fornecedores em órgão oficial da administração, sem especificar qual será o órgão. Entendemos que não existe referência à obrigatoriedade de publicação em imprensa oficial (impresso), pois hoje o acesso à rede de computadores, através da internet, está disponível a todos e o diário oficial pode ser consultado via internet. O decreto prevê a publicação em órgão oficial (no site do Governo Federal) e que as informações devem ficar disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3 A ORGANIZAÇÃO

3.1 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, não relacionadas diretamente à Constituição. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, que estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, inclusive nos julgamentos de recursos especiais.

O STJ julga crimes comuns praticados por governadores dos estados e do Distrito Federal, crimes comuns e de responsabilidade de desembargadores dos tribunais de justiça e de conselheiros dos tribunais de contas estaduais, dos membros dos tribunais regionais federais, eleitorais e do Trabalho. Julga também habeas-corpus que envolvam essas autoridades ou ministros de Estado, exceto em casos relativos à Justiça eleitoral. Pode apreciar ainda recursos contra habeas-corpus concedidos ou negados por tribunais regionais federais ou dos estados, bem como causas decididas nessas instâncias, sempre que envolverem lei federal.

Em 2005, como parte da reforma do Judiciário, o STJ assumiu também a competência para analisar a concessão de cartas rogatórias e processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras. Até então, a apreciação desses pedidos era feita no Supremo Tribunal Federal (STF).

3.2 Áreas Envolvidas no Processo

Toda a operacionalização das compras realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça é de responsabilidade da Secretaria de Administração e Finanças. Sua posição no Organograma do tribunal pode ser visualizada no Anexo II:

Por sua vez , a Secretaria de Administração e Finanças é assim estruturada:

Secretaria de Administração e Finanças

Gabinete

Seção de Apoio Logístico

Comissão Permanente de Licitação

Coordenadoria de Compras e Contratos

Seção de Especificação e Registro de Preços

Seção de Aquisição

Seção de Elaboração de Contratos

Seção de Gestão de Contratos

Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Coordenadoria de Serviços Gerais

Coordenadoria de Transporte

Na representação acima, simplificada, foram ressaltadas as unidades da Secretaria que tem envolvimento direto nos procedimentos de contratação.

O início de um processo de aquisição por Sistema de Registro de Preços é iniciado na Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio, que levanta a necessidade em função de seus estoques e/ou demandas recebidas de todo o Tribunal. A solicitação para realização de licitação que visa registrar preços é enviada à Coordenadoria de Compras e Contratos. Primeiramente a Seção de Especificação e Registro de Preços faz a verificação da especificação dos materiais/serviços, e, dependendo da urgência, verifica a possibilidade de adesão a uma ATA de registro de Preços de outro órgão, como “carona”. Caso o procedimento seja para registrar sua própria ATA, o processo é remetido à Seção de Aquisição, que realizada a pesquisa de mercado, com o objetivo de levantar os preços médios que serão

admitidos como preço máximo na licitação. Após, é elaborado o Edital e contrato futuro, pela Seção de Elaboração de Contratos. Este Edital/Contrato é analisado pela Assessoria Jurídica do Tribunal que pode determinar e/ou sugerir alterações, em função da legislação vigente. Findo esta fase, o Secretário de Administração e Finanças e o Diretor Geral da Secretaria do Tribunal, dão autorização para a realização do procedimento licitatório, que será executado pela Comissão Permanente de Licitação. Realizado com êxito, a gestão da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da unidade solicitante, que na maioria das vezes é a Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio e da Seção de Especificação e Registro de Preços.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela abaixo resume o quantitativo de licitações realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça, desde o ano de 2006. Além disso, mostra o número de adesões a ATAS de registro de preços de outros órgãos. Nota-se uma tendência de que os Registros de Preços tenham uma quantidade uniforme durante os últimos exercícios. Isto pode significar que as aquisições/contratações nesta modalidade tenham sido assimiladas pelas Unidades Gestoras para o atendimento de suas demandas com segurança e economicidade.

Tabela 1 – Evolução na utilização de registro de preços: 2006/2010

Ano	Atas de SRP	Adesão a ATAS de outros Órgãos	Licitações Convencionais	Total Licitações
2006	1	7	244	245
2007	47	10	289	336
2008	42	15	270	312
2009	46	15	344	390
2010 (*)	24	12	240	264

(*) Realizado até outubro de 2010 – Considerando que a maioria das ATAS vence no final do exercício, provavelmente a quantidade de licitações para o registro de novas ATAS e adesões de outros órgãos em 2010 deve permanecer na média dos anos de 2009.

A tabela seguinte, resume através dos exercícios, os valores registrados, e executados. A aproximação entre o valor registrado deve ser sempre perseguida, levando em conta sempre a demanda interna e a expectativa do fornecedor contratado, de modo a não causar prejuízos a este. Nota-se que, no ano de 2009, os valores são visivelmente mais altos, devido a alguns projetos específicos da Secretaria de Tecnologia da Informação, relativos à implantação no Processo Virtual no Superior Tribunal de Justiça.

Tabela 2 – Evolução da execução de ATAS de Registro de Preços: 2006/2010

Ano	Valor Registrado	Valor Executado	% Execução
2006	R\$ 398.970,00	R\$ 374.625,18	93,89
2007	R\$ 14.658.632,65	R\$ 12.587.525,63	85,87
2008	R\$ 16.875.568,95	R\$ 13.241.325,85	78,46
2009	R\$ 33.695.839,66	R\$ 24.831.546,51	73,69
2010 (*)	R\$ 10.629.181,04	R\$ 8.232.929,85	77,45

(*) Realizado até outubro de 2010

A busca da eficiência, que é uma determinação constitucional, conduz aos primeiros entendimentos que são:

1) O prazo de validade do registro, segundo a Lei 8.666/93 é de 12 meses. E se a administração atingir o limite das aquisições previstas no edital dar-se-á ao exaurimento do registro. Todavia, deveriam ser modificados estes prazos, pois se os serviços a serem executados forem de forma contínua, ou se comprovar a vantajosa prorrogação por mais de 1 (um) ano ou mais, teríamos maior eficiência e economia de recursos públicos com a não realização de nova Licitação. Neste sentido, estamos diante do princípio da eficiência e da economicidade, visto que a administração necessitasse de mais bens ou serviços dessa empresa, e poderia ser prorrogado o contrato pelo limite estabelecido na Lei 8.666/93, que é de até 60 meses (sessenta).

2) A administração não tem a obrigatoriedade de contratar com o vencedor, mas é indispensável que as quantidades indicadas apresentem uma honesta e real estimativa do órgão para que o próprio sistema não seja desacreditado. Para que o sistema tenha confiabilidade e aceitação esta estimativa correta é um requisito essencial de cada órgão.

3) As planilhas, em muito facilitam o julgamento das propostas, posto que a composição dos custos de um bem ou serviço se apresenta de forma diferenciada de uma empresa para outra, e que servirão de base para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos do Registro de Preços.

4) Quanto ao “carona” – Órgão não participante da Licitação e que pode se beneficiar da Ata do Registro de Preços, de acordo com o Decreto 3.931/01, art.

8º, fica bastante reduzido. Não é possível a verticalização nas diversas esferas de governo. A utilização fica restrita à própria esfera da unidade administrativa que realizou o registro. O Decreto é claro em citar quem pode utilizar a Ata “qualquer órgão ou entidade da Administração”, pois a Lei 8.666/93 trás diferença entre Administração e Administração Pública. Portanto, fica clara a necessidade de modificação da Lei com vistas a maior eficiente do instituto.

5) Também em relação ao “carona”, tem se suscitado muitas controvérsias. Temos a manifestação do doutor Toshio Mukai, a respeito do R. P. que originou o Acórdão 1.487/07 – TCU – Plenário, onde um Registro de Preços para contratações previstas em R\$ 32 milhões, e pela adesão de “caronas”, atingiu R\$ 1.968.000.000,00 de contratações. Por isso, devem-se ter regras rígidas a nível nacional para que não aconteçam estes descabros. Temos que ter órgãos de fiscalização para acompanhar as contratações através das Atas de Registro de Preços, visando à punição de servidores corruptos.

6) O Decreto Federal 3.931/01 deixa um vácuo a respeito do “carona” e deixando os Estados e Municípios elaborarem Decretos conforme suas peculiaridades; porém, para uma maior eficiência, deveria se revisto pelos legisladores (constituintes), tanto a Lei 8.666/93 para atualização, como o Decreto Federal com conseqüente alterações nos artigos que estão gerando dúvidas e várias interpretações, e alcançando todos os Estados e Municípios, já que a Lei de Licitações compete a União propor as modificações.

7) A utilização de licitações para registrar preços é uma prática com crescente utilização, e no Superior Tribunal de Justiça não poderia ser diferente, dadas às vantagens largamente aqui colocadas. Tem sido fator de economicidade, eficiência e cobre lacunas que a licitação de entrega de lote total geralmente apresenta.

CONCLUSÃO

O Sistema de Registro de Preço trata-se de um inovador instrumento concebido pelo Governo Federal relativamente às alternativas e conceitos em licitações públicas até então vigentes, configurando-se em um verdadeiro corte epistemológico, uma quebra de paradigmas, sem precedentes, no contexto histórico de contratações governamentais do ordenamento jurídico nacional.

A instituição do Sistema de Registro de Preço como um instrumento de licitação de observância facultativa pela Administração Pública Federal aponta para uma modernização do sistema de licitação, objetivando conferir ao Governo um meio mais econômico, célere e eficaz para as contratações, de modo a otimizar o rito procedimental, alcançando fornecedores de diversas regiões do país, reduzindo os custos e os valores das propostas.

O Sistema de Registro de Preço representa uma desejável aplicação do princípio constitucional da eficiência, com a agilização e simplificação do procedimento licitatório, que lhe propicia maior e mais efetiva funcionalidade.

A sociedade não tolera mais conviver com agentes e gestores públicos irresponsáveis. Ademais, os cidadãos encontram-se cada vez mais conscientes de que quem arca com os prejuízos advindos do mau uso do dinheiro público é o próprio contribuinte. Dessa forma, resta evidenciada a importância desse procedimento licitatório para a Administração Pública, como uma forma de controlar as atividades do administrador na gerência dos recursos públicos, sempre tendo em mente os princípios imperiosos na atividade administrativa, quais sejam: o da legalidade, o da impessoalidade, o da moralidade, o da publicidade e o da eficiência. O atual momento político do Brasil apresenta-se envolto em diversas investigações acerca de fraudes e corrupções no âmbito das licitações públicas, com o desvendamento de favorecimentos e da prevalência de interesses particulares camuflados no suposto interesse público. Esses acontecimentos levantam novas discussões sobre a defasagem das modalidades tradicionais de licitação e a progressiva utilização de mecanismos asseguradores de transparência e maior fiscalização dos gastos de recursos públicos, a exemplo do Sistema de Registro de Preços.

Uma afirmação que ganha força atualmente é a de que quanto mais transparente e democrático for o sistema de compras públicas, menos espaço haverá para a corrupção.

Todavia, apesar da inquestionável melhora em relação ao sistema antigo, o Sistema de Registro de Preço não pode ser tratado como uma panaceia capaz de eliminar a corrupção. Deve ser consolidada a mentalidade e a consciência de todos os agentes públicos, fornecedores, e sociedade em geral a respeito da moralização e democratização da gestão pública, com a otimização das formas de contratação pública, a fim de efetivamente serem consagrados na prática os valores insculpidos nos princípios norteadores da Administração Pública.

Ademais, fica demonstrado que o Administrador pode, dentro de seu poder discricionário e no âmbito dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, lançarem mão da forma de Ata de Registro de Preços, que melhor atenda ao interesse público.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

ESCOBAR, J.C. Mariense. **O Sistema de Registro de Preços nas Compras Públicas** – Teoria e Prática. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

GUIMARÃES, Edgar; NIEBUHR, Joel de Menezes. **Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

LEÃO, Eliana Goulart. **O Sistema de Registro de Preços** – Uma Revolução nas Licitações. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

BITTENCOURT, Sidney. **Pregão passo a passo: uma nova modalidade de licitação**. Rio de Janeiro: Temas & idéias, 2000.

BORGES, Alice Gonzales. **Normas gerais no estatuto de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

BRASIL. Constituição (1.988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1.988.

_____. Lei (2.002). **Lei nº 10.520/02**. Brasília: Governo federal, 2.002.

_____. Lei Complementar (2.000). **Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00**. Brasília: Governo federal, 2.000.

_____. Tribunal de Contas da União. **ADI 996-MC Relator Ministro Celso de Mello**. Brasília. Diário de Justiça, 06 mai. 1.994.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão: nova modalidade licitatória**. Curitiba: Zênite, ano VIII, nº 83, Informativo de Licitação e Contratos, p. 3-25, jan/2000.

MARINHO JÚNIOR, João S. **Eficiência do Sistema de Licitações por pregão: o caso do Superior Tribunal de Justiça**. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2.006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

_____. **Licitação e Contrato Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 2.003.

REIS, Rudimar Barbosa dos. **Coleção Cartão de Referência, Sistema de Registro de Preços**, 2009.

ANEXO A – Modelo de ATA de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços n. 025/2010

Parte n. III

PROCESSO STJ n. 3440/2010

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL: CONSTRUX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MADEIRAS LTDA.		
CNPJ/MF: 10.598.018/0001-90		
ENDEREÇO SEDE: QOF, Conjunto C, Lote 04, Loja 02, Candangolândia		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP: 71.727-503
TELEFONE: (61) 3967-6653		FAX: (61) 3967-6654
E-MAIL: construxservicos@gmail.com		
BANCO: BRB	AGÊNCIA: 106	C/C: 030022-0
REPRESENTANTE: THIAGO XAVIER GONTIJO DE GODOI		
CPF: 714.952.231-91		RG: 1.975.025 SSP/DF

DADOS DA ATA
OBJETO: Aquisição de material para marcenaria.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002, Decreto n. 3.931/2001, com suas alterações, e Decreto n. 5.450/2005.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 122/2010
VIGÊNCIA: de ____/____/____ à ____/____/____

Ata de Registro de Preços n. 025/2010**Parte n. III****PROCESSO STJ n. 3440/2010**

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ**, ADIANTE DENOMINADO **ÓRGÃO GERENCIADOR**, NOS TERMOS DAS LEIS N. 8.666/1993 E N. 10.520/2002, DO DECRETO N. 3.931/2001, COM SUAS ALTERAÇÕES, E DO DECRETO N. 5.450/2005, EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA EM PREGÃO, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA, DENOMINADA **FORNECEDOR**, QUALIFICADOS A SEGUIR:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 1, Brasília-DF, representado por seu Diretor-Geral, **FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 315.357.207-00, portador da Cédula de Identidade n. 043026418, expedida pela SSP/RJ, e por seu Secretário de Administração e Finanças, **SILVIO FERREIRA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 884.071.528-20, portador da Cédula de Identidade n. 1837/D, expedida pelo CREA/GO, residentes e domiciliados nesta Capital.

FORNECEDOR:

CONSTRUX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MADEIRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 10.598.018/0001-90, com sede na QOF, Conjunto C, Lote 04, Loja 02, Candangolândia, Brasília/DF, neste ato representada por seu Procurador, **THIAGO XAVIER GONTIJO DE GODOI**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 714.952.231-91, portador da Cédula de Identidade n. 1.975.025, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital.

1 - OBJETO:

1.1 - O presente instrumento tem por objeto registrar os preços de aquisição material de marcenaria, de acordo com as condições e especificações apresentadas na proposta do vencedor do Pregão Eletrônico n. 122/2010, conforme discriminado abaixo:

Item	Especificação do Objeto	Marca/Modelo	Un.	Qtde.	Preço Unitário (R\$)
01	Item: 1 Código: (739) COLA DE CONTATO, PARA LAMINADO MELAMÍNICO, GALÃO COM 2,8KG.,	Fórmica	GL	250	26,92
03	Item: 3 Código: (833) MADEIRA LAMINADO DE FREIJÓ CLARO, SERIADO, SEM NÓS E RACHADURAS, TIPO EXPORTAÇÃO, MED. 0,8MM X 30CM E NO MÍNIMO 2,5M DE COMPRIMENTO.,	Madek	M²	300	5,85
09	Item: 9 Código: (857) MADEIRA COMPENSADO COMUM, MED. 2200 X 1600 X 20MM.,	Madek	CH	50	71,20
15	Item: 15 Código: (885) MADEIRA COMPENSADO SARRAFEADO DE FREIJÓ CLARO, DUAS FACES, MED. 2750 X 1600 X 15MM.,	3 Pinheiro	CH	150	140,49
18	Item: 18 Código: (4473) DILUENTE PARA SELADOR, GALÃO COM 5 LITROS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, - Especial para produtos a base de nitrocelulose, anti branqueamento com qualidade igual ou superior ao Thinner Paulista 2800.	Luztol	GL	250	28,00
19	Item: 19 Código: (4476) SELADOR CONCENTRADO, PARA MADEIRA, GALÃO COM 3,6 LITROS.,	Luztol	GL	150	32,80
20	Item: 20 Código: (4479) SELADOR PARA MADEIRA, DE ACABAMENTO PROFISSIONAL, GALÃO COM 3,6 LITROS., Deverá apresentar acabamento semi-brilho.	Luztol	GL	150	31,20
22	Item: 22 Código: (12019) LAMINADO MELAMÍNICO FENÓLICO, TEXTURIZADO, MED. 3080 X 1250 X 0,8MM, NA COR CINZA ARGILA.,	Fórmica	CH	150	41,19

2 - PRAZO DE ENTREGA

2.1 - O FORNECEDOR entregará os materiais solicitados no local estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico n. 122/2010, no prazo máximo de:

- VINTE dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

3 - PRAZO DE GARANTIA

3.1 - O prazo de garantia contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, DOZE meses, a contar do recebimento definitivo do material.

4 – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação e aquelas constantes da Proposta da empresa apresentada em Pregão, alterada pelos lances ofertados durante a sessão.

4.2 - A Seção de Obras Cíveis do CONTRATANTE será responsável pelo acompanhamento deste instrumento.

4.3 - De conformidade com o disposto no inciso I do Art. 6º do Decreto n. 3.931/01, bem como no parágrafo único, do artigo 61, da Lei n. 8.666/93, a presente Ata será publicada no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

E, estando justos e compromissados, os representantes das partes assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, para que surtam os devidos efeitos legais.

Brasília (DF), de de 2010

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Diretor-Geral
Superior Tribunal de Justiça

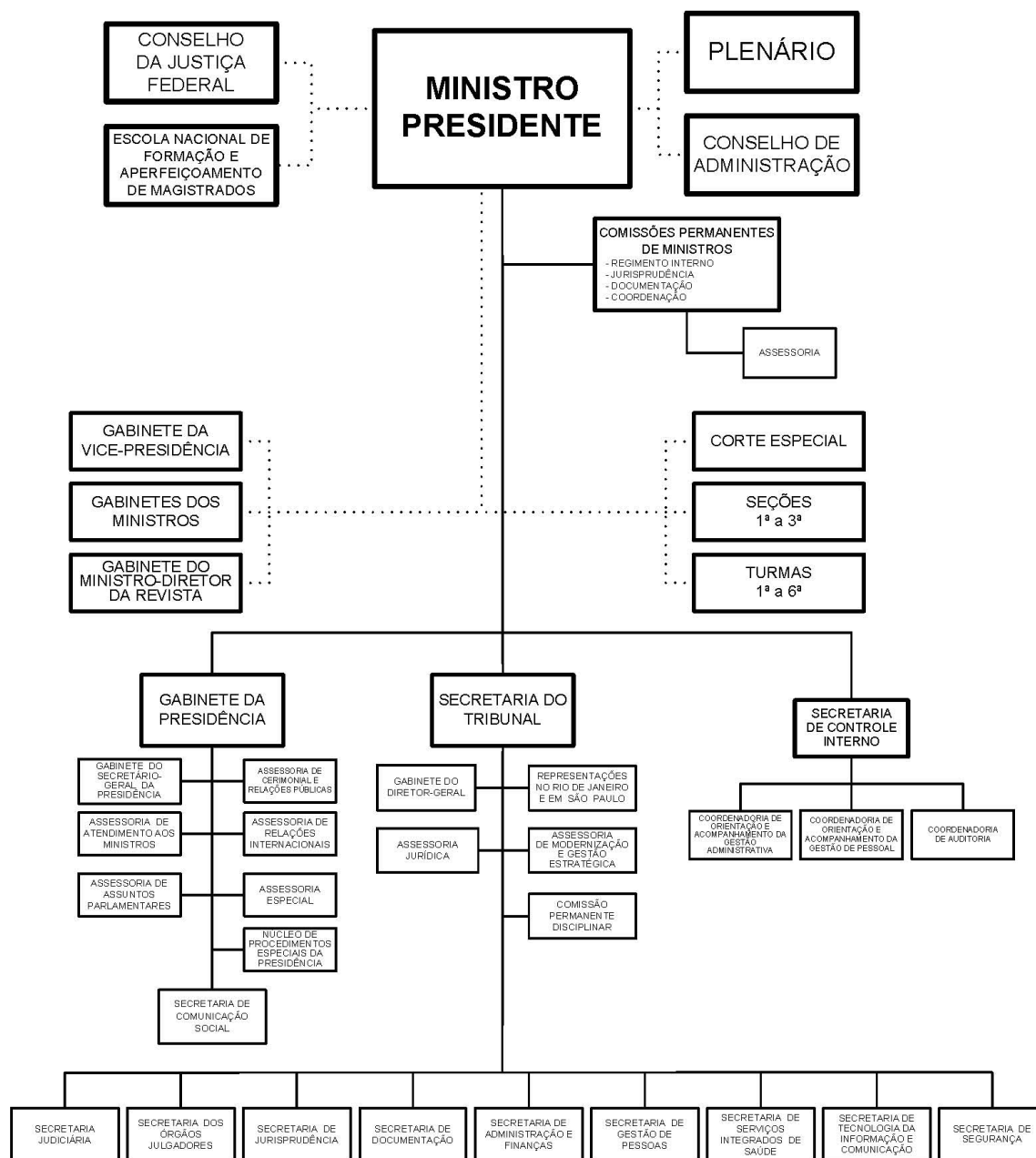
SILVIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças
Superior Tribunal de Justiça

THIAGO XAVIER GONTIJO DE GODOI

Procurador
Construx Comércio e Serviços de Madeiras Ltda.

ANEXO B – Organograma do Superior Tribunal de Justiça



Estrutura Básica
JUNHO - 2009